



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO
 PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO XAVIER
 Procedimento nº 01818.000.300/2023 — Inquérito Civil

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Aos 10 de Junho de 2024, às 14 horas e 00 minutos, no gabinete da Promotoria de Justiça, estando presente a Dra. Jéssica Osmarini Marques, Promotora de Justiça, compareceu em audiência o Sr. **Mauri Perini**, CPF nº 000.034.970-46, RG nº 5084466456, telefone (51) 98104-8175, acompanhado do seu advogado Jeferson Muller Hartmann, OAB/RS 107.578 que firmou o presente Termo de Ajustamento de Conduta:

Considerando ser o Ministério Público, face o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 82, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor, e nos artigos 5ª e 8º, & 1º, da Lei nº 7347/85, órgão público encarregado de promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do consumidor e de outros interesses transindividuais;

Considerando que a Constituição da República erigiu o princípio da defesa do consumidor não só como um dos princípios norteadores da ordem econômica e financeira (artigo 170, V), mas também e, principalmente, como um dos direitos fundamentais da pessoa (artigo 5º, XXXII);

Considerando que a proteção do consumidor decorre, como todos os demais direitos fundamentais, do princípio da dignidade humana, fundamento da República Federativa do Brasil (artigo 1º, III da Constituição de 1988), devendo, por isso, ser efetiva;

Considerando que, segundo dispõe o artigo 4º, inciso III, da Lei nº 8.078/90 — Código de Defesa do Consumidor, o princípio da boa-fé objetiva e vetor elementar a

Documento elaborado por Jéssica Osmarini Marques em 10/06/2024.

Rua Julio de Castilhos, 317, Bairro Centro, CEP 98995-000, Porto Xavier, Rio Grande do Sul
 Tel. (55) 33541296 — E-mail mppxavier@mprs.mp.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO XAVIER

Procedimento nº 01818.000.300/2023 — Inquérito Civil

harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo, dele decorrendo uma gama de deveres de informação;

Considerando que, nos termos do inciso IV do precitado artigo 4º do Código de Defesa do Consumidor, a informação e princípio básico norteador da Política Nacional das Relações de Consumo, incumbindo aos fornecedores e aos consumidores o esclarecimento recíproco de seus direitos e deveres, como forma de melhoria do mercado de consumo;

Considerando que são direitos básicos do consumidor, previstos no artigo 6º, incisos I e III, do Código de Defesa do Consumidor, não só a proteção da vida, da saúde e da segurança, mas também a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que eventualmente possam apresentar;

Considerando que, nos termos art. 18, 56º, inciso I da Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor), são impróprios ao uso e consumo os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos e os produtos deterioradas, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou a saúde. perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação;

Considerando que o programa do Ministério Público do Rio Grande do Sul — RS de Segurança Alimentar tem como objetivo assegurar que os alimentos cheguem ao consumidor em condições adequadas e adotar as providências cabíveis para retirar de

Documento elaborado por Jéssica Osmarini Marques em 10/06/2024.

Rua Julio de Castilhos, 317, Bairro Centro, CEP 98995-000, Porto Xavier, Rio Grande do Sul
Tel. (55) 33541296 — E-mail mppxavier@mprs.mp.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO XAVIER

Procedimento nº 01818.000.300/2023 — Inquérito Civil

circulação aqueles considerados impróprios, autuando e processando os responsáveis por irregularidades, bem como alertar os consumidores sobre a sua responsabilidade ao escolher os alimentos que irão consumir;

Considerando que, em operação da Força-Tarefa do Programa Segurança Alimentar no Município de Porto Lucena, ocorrida no dia 18/04/2023, foram apreendidos, no estabelecimento investigado, 114,247kg (cento e quatorze quilograma e duzentos e quarenta e sete grama) de alimentos impróprios para o consumo humano, dentre eles, carne bovina (43,900kg), carne suína (54,273kg) e embutidos (16,074kg).

Considerando que, conforme laudo de avaliação técnica pericial, as carnes suínas não possuíam autorização para transitar, para fins comerciais, fora dos limites do município de origem (Cândido Godói), e estavam misturadas com carnes suínas oriundas de estabelecimento de abate sob fiscalização estadual do Rio Grande do Sul, havendo dificuldades para distinguir a origem de cada pedaço de carne, e que os embutidos não possuíam procedência legal comprovada;

Considerando que, além da apreensão dos alimentos impróprios, também foram identificadas, na oportunidade, as seguintes irregularidades: (i) a produção de embutidos no local, sem autorização e/ou fiscalização para o exercício da atividade, em ambiente impróprio; (ii) que a câmara fria continha resíduos em seu piso (como sangue e graxas orgânicas); (iii) acondicionamento de saco de cebolas e blocos de queijos de forma irregular; sendo que, aos fundos da sala de comercialização, (iv) a câmara fria estava com o piso oxidado (ferrugem), conforme páginas 3-12, situação que gerou a lavratura do Auto de Infração Sanitária n.º 002/2023 (p. 2, bem como a distribuição do Inquérito Policial sob o n.º 50010877220238210119 (p. 35, parte final).

Documento elaborado por Jéssica Osmarini Marques em 10/06/2024.

Rua Julio de Castilhos, 317, Bairro Centro, CEP 98995-000, Porto Xavier, Rio Grande do Sul
Tel. (55) 33541296 — E-mail mppxavier@mprs.mp.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO XAVIER

Procedimento nº 01818.000.300/2023 — Inquérito Civil

Formaliza-se o presente Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA : o **COMPROMISSÁRIO** assume as seguintes obrigações de não fazer , a serem cumpridas de imediato, consistentes em abster-se de vender, expor à venda, manter em depósito ou utilizar como matéria-prima produtos considerados impróprios para consumo, tais como produtos sem procedência, vencidos, sem a devida identificação (data de abertura e validade), acondicionados de forma inadequada, sem as informações obrigatórias, oriundos de estabelecimento que não possui licença para operar e comercializar neste local e/ou em desacordo com as normas regulamentares, caso continue no exercício da atividade ou restabeleça a atividade;

Parágrafo Único : o descumprimento da obrigação contida nesta cláusula, sujeitará o **COMPROMISSÁRIO** ao pagamento de multa no valor de R\$ 2.000 (dois mil reais) por cada evento de irregularidade constatado , entendido como auto de infração, constatada pela Vigilância Sanitária local ou outro órgão público de fiscalização local, corrigida pelo IGPM, calculado pela FGV, ou qualquer outro indexador que venha a substituí-lo, ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados – FRBL, CNPJ 25.404.730 /0001-89, Banco Banrisul (041), Ag. 0835, Conta nº 03.206065.0-6, sem prejuízo de novas apreensões, inutilizações e responsabilização cível, administrativa e criminal.

CLÁUSULA SEGUNDA: a título de indenização aos interesses difusamente considerados (dano moral coletivo e difuso), conforme Parecer Técnico n.º 0636/2024, então elaborado pelo GAT/MPRS, o **COMPROMISSÁRIO** pagará o valor de **R\$ 1.762,56, em 10 parcelas de R\$ 176,25 (cento e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos), com o primeiro pagamento no dia 15/07/2024 e as demais parcelas nos**

Documento elaborado por Jessica Osmarini Marques em 10/06/2024.

Rua Julio de Castilhos, 317, Bairro Centro, CEP 98995-000, Porto Xavier, Rio Grande do Sul
Tel. (55) 33541296 — E-mail mppxavier@mprs.mp.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO XAVIER

Procedimento nº 01818.000.300/2023 — Inquérito Civil

meses subsequentes, ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados, mediante guia a ser expedida pelo Cartório desta Promotoria de Justiça e encaminhada via *whatsapp* ou email diretamente ao compromissário.

Parágrafo Primeiro - Para fins de comprovação, deverá o **COMPROMISSÁRIO** encaminhar a esta Promotoria de Justiça, no prazo de até 05 (cinco) dias do término da data estipulada para o vencimento, cópia do comprovante de depósito

Parágrafo Segundo : Em caso de inadimplemento, incidirá (de pleno direito) a multa equivalente a 2% sobre o valor principal, assim como juros moratórios, na ordem de 1% ao mês, corrigidos ambos pela cotação do IGP-M, bem como serão adotadas as providências legais para o protesto do presente título executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA : assume o **COMPROMISSÁRIO** a obrigação de fazer , consistente em fixar, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar desta data, e manter permanentemente em local visível, na entrada do estabelecimento ou em outro local acessível ao público, 02 (dois) cartazes ou mais, medindo, no mínimo, 60cm X 60cm, que deverão ser escritos com letras grandes e legíveis, de fácil compreensão pela população, com finalidade educativa quanto aos direitos do consumidor, com os seguintes dizeres:

"AVISO:

Em razão de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CASA DE CARNES PERINI informa a seus clientes que:

- 1 — Verifiquem sempre os prazos de validade dos produtos e a inviolabilidade das embalagens.
- 2 — É proibida a venda de produtos com o prazo de validade vencido ou sem informação quanto ao prazo de validade e indicação de sua origem/procedência.

Documento elaborado por Jéssica Osmarini Marques em 10/06/2024.

Rua Julio de Castilhos, 317, Bairro Centro, CEP 98995-000, Porto Xavier, Rio Grande do Sul
Tel. (55) 33541296 — E-mail mppxavier@mprs.mp.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO XAVIER

Procedimento nº 01818.000.300/2023 — Inquérito Civil

3 — Caso encontrem produtos irregulares, favor comunicar o fato imediatamente ao gerente do estabelecimento comercial, a Vigilância Sanitária do Município ou à Secretaria Estadual da Agricultura

Parágrafo único - O descumprimento da obrigação referida no *caput* da Cláusula terceira, no que diz respeito ao modo e prazo estipulados, independentemente de notificação ou qualquer outro ato judicial ou extrajudicial, sujeitará o AJUSTANTE ao pagamento de multa de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso, devidamente atualizada pelo IGP-M (ou outro índice que venha a substituí-lo), a contar da data de assinatura deste instrumento, que será revertida para o Fundo de Reconstituição de Bens Lesados;

CLÁUSULA QUARTA : o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta não é causa de extinção de eventual responsabilização administrativa e/ou penal, crimes conforme art. 34, §3º do Provimento nº 71/2017, bem como tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, §6º da Lei nº 7.347/85 e art. 784, XII, do Código de Processo Civil, sendo que o descumprimento de qualquer de suas cláusulas acarretará o ajuizamento de ação de execução para a busca de tutela específica ou resultado equivalente.

CLÁUSULA QUINTA : o Ministério Público fiscalizará o cumprimento deste acordo, tomando as providencias legais cabíveis, sempre que necessário, podendo requisitar aos órgãos competentes a realização de vistorias no estabelecimento comercial;

CLÁUSULA SEXTA : ao presente Inquérito Civil, após fiscalizado e arquivado, será remetido à apreciação do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público para homologação da promoção de arquivamento;

Documento elaborado por Jéssica Osmarini Marques em 10/06/2024.

Rua Julio de Castilhos, 317, Bairro Centro, CEP 98995-000, Porto Xavier, Rio Grande do Sul
Tel. (55) 33541296 — E-mail mppxavier@mprs.mp.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO XAVIER

Procedimento nº 01818.000.300/2023 — Inquérito Civil

CLÁUSULA SÉTIMA : eventuais questões decorrentes do presente ajustamento serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto Xavier/RS.

A vigência do presente Termo de Ajustamento de Conduta às exigências legais será por tempo indeterminado, podendo ser revista a qualquer tempo.

O presente acordo será remetido ao Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica, nos termos do artigo 5º, do Provimento nº 12 /2000.

Por estarem juntos e acordados, celebram o presente Compromisso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, após lido e achado conforme, vai assinado pelos presentes.


Jéssica Osmarini Marques,
Promotora de Justiça.

Mauri Perini,
compromissário, CPF nº 000.034.970-46.


Jeferson Muller Hartmann,
OAB/RS 107.578.